

VOLUME I

RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO  
LUIS ANDRE AZEVEDO  
MARCUS DE FREITAS HENRIQUES

COORDENAÇÃO

# DIREITO SOCIETÁRIO, MERCADO DE CAPITALIS, ARBITRAGEM E OUTROS TEMAS

HOMENAGEM A NELSON EIZIRIK

ALEX S. HATANAKA • ALEXANDRE CHEDE TRAVASSOS • ALEXANDRE WALD • ALICE EIZIRIK • ANA LUISA FUCCI • ANDRÉ ANTUNES S. DE CAMARGO  
ANDRÉ DE GODOY FERNANDES • ANDRÉ GRÜNSPUN PITTA • ANTONIO CORRÉA MEYER • ANTONIO PAULO KUBLI VIEIRA • ARNOLDO WALD  
BERNARDO F. B. DE VASCONCELLOS • BRUNO MIRANDA GONTIJO • CARLOS AUGUSTO J. DE SIQUEIRA • CECILIA EIZIRIK • CLAUDIO GUERREIRO  
CLÁUDIO LAKS EIZIRIK • EDUARDO SECCHI MUNHOZ • ELIANA BARALDI • ELISEU MARTINS • ERASMO VALLADÃO A. E N. FRANÇA  
FELIPE HANSMANN • FLÁVIA PARENTE • GIOVANNA RENNÓ DUQUE • GUSTAVO MACHADO GONZALEZ • HENRIQUE CUNHA BARBOSA • IGOR MUNIZ  
IVO WAISBERG • JOÃO MARCELO PACHECO • JOÃO PAULO HECKER DA SILVA • JOÃO PEDRO SCALZILLI • JORGE LOBO • JOSÉ CARLOS DE MAGALHÃES  
JOSÉ DAVID MARTINS JÚNIOR • JOSÉ FERREIRA GOMES • JOSÉ GABRIEL ASSIS DE ALMEIDA • JOSÉ ROMEU GARCIA DO AMARAL • JULIA EIZIRIK  
JULIAN CHEDIAK • KEVIN ALTIT • LAURA AMARAL PATELLA • LEONARDO BARÉM LEITE • LUCIANA DIAS • LUIS ANDRE AZEVEDO • LUIS FELIPE SPINELLI  
LUIZ ALBERTO COLONNA ROSMAN • MARCELO VIEIRA VON ADAMEK • MARIA RITA DRUMMOND • MARIANA EIZIRIK • ROBERTO PAPINI  
RODRIGO TELLECHEA • SIMONE LAHORGUE NUNES • THIAGO JOSÉ DA SILVA

QUARTIER LATIN

**DIREITO SOCIETÁRIO,  
MERCADO DE CAPITAIS,  
ARBITRAGEM E  
OUTROS TEMAS**

HOMENAGEM A NELSON EIZIRIK

VOLUME I

QUARTIER LATIN

**RODRIGO ROCHA MONTEIRO DE CASTRO; LUIS ANDRE AZEVEDO; MARCUS DE FREITAS HENRIQUES (COORDS.)**

*Direito Societário, Mercado de Capitais, Arbitragem e Outros Temas:*

*Homenagem a Nelson Eizirik – Volume I*

São Paulo: Quartier Latin, 2020

ISBN 978-65-5575-042-3

1. Homenagens. 2. Direito. 3. Direito comercial. 4. Direito Societário I. Título

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Victor Guimarães

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Capa*

Rafael Nicolau

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

### PARTE 1 Homenagens

#### I. Sigamos Apaixonados, 25

*Flávia Parente*

#### II. Homenagem, 27

*Julia, Alice e Cecília Eizirik*

#### III. Meu Irmão Nelson, aos 70 anos, 33

*Cláudio Laks Eizirik*

#### IV. Meu Tio Nelson, 37

*Mariana Eizirik*

#### V. Nelson Eizirik, o Mestre da Ficção, 39

*Alexandre Chede Travassos*

#### VI. 70 Anos de Nelson Eizirik, 41

*Carlos Augusto Junqueira de Siqueira*

#### VII. Nelson Eizirik – Mestre, Professor, Advogado e Parecerista Gaúcho, 47

*Leonardo Barém Leite*

#### VIII. A Paixão pelos Livros: O Papel da Literatura na Vida de Nelson Eizirik, 55

*Maria Rita Drummond*

#### IX. Nelson Laks Eizirik, 59

*Roberto Papini*

#### X. Homenagem, 61

*Simone Laborgue Nunes*

## PARTE 2

### Direito Societário

#### I. Considerações sobre a Responsabilidade Civil de Avaliadores em Companhias Abertas, 67

*Alex S. Hatanaka*

I. Introdução .....	67
II. Hipóteses de exigência do laudo de avaliação .....	70
III. Noções sobre os critérios utilizados na elaboração dos laudos de avaliação.....	75
IV. Escolha do avaliador e conflitos de interesse.....	83
V. Responsabilidade civil do avaliador .....	88
VI. Conclusões .....	104
Referências Bibliográficas.....	105

#### II. Contratos de Indenidade: Aplicação e a Visão da CVM, 109

*Alexandre Chede Travassos*

1. Contratos de Indenidade .....	109
1.1. Conceito .....	109
1.2. O Contrato de Indenidade como Complemento ao Seguro D&O .....	110
1.3. Histórico da Análise dos Contratos de Indenidade pela CVM .....	112
2. Parecer de Orientação CVM n. 38/2018 .....	115
2.1. Atos e Despesas Passíveis de Indenização.....	116
2.2. Decisões Sobre a Concessão de Indenização.....	118
2.3. Termos e Condições do Contrato .....	119
3. Conclusão .....	121

**III. Estudos em Homenagem a Nelson  
Eizirik. Conflito de Interesses:  
O Art. 115, §1º da Lei 6.404/1976, 123**

*Alexandre Wald*

1. Introdução .....	123
2. As experiências alemã e italiana .....	127
3. Regra formal e regra material.....	129
4. Entendimento jurisprudencial .....	132
4.1. O histórico CVM .....	132
4.2. Jurisprudência judicial.....	137
5. A MP 881/2019 e a Lei 13.874/2019.....	138
6. Conclusão .....	142
Bibliografia .....	143

**IV. Breve Comparação entre a Responsabilidade do Acionista  
Controlador no Brasil e na Inglaterra, 145**

*Ana Luisa Fucci, Claudio Guerreiro e Felipe Hanszmann*

1. Introdução .....	145
2. Definição de Acionista Controlador no Brasil e de <i>Shadow Director</i> na Inglaterra .....	147
2.1. Caracterização de Acionista Controlador no Brasil .....	147
2.2. O Acionista Controlador e o <i>Shadow Director</i> na Inglaterra .....	148
3. Regime de Responsabilidade .....	150
3.1. Deveres Fiduciários Imputados ao Acionista Controlador no Brasil.....	150
3.1.1. Regime geral de exercício do direito de voto.....	150
3.1.2. Deveres Específicos.....	153
3.1.3. <i>Enforcement</i> da Responsabilidade.....	155
3.2. Regulação das Condutas do Acionista Controlador na Inglaterra ...	158
3.2.1. Inexistência de Deveres Fiduciários Inerentes ao Exercício do Direito de Voto do Acionista .....	158
3.2.2. Regulação pela <i>Common Law</i> .....	160
3.2.3. Deveres Imputados ao <i>Shadow Director</i> .....	161
3.2.4. Regulação pela Lei Inglesa.....	164

3.2.4.1. <i>Just and Equitable Winding Up</i> .....	164
3.2.4.2. <i>Unfair Prejudice Remedy</i> .....	165
3.2.5. Transações com Partes Relacionadas em Companhias Abertas ....	167
4. Conclusão .....	167
Referências Bibliográficas .....	168

## **V. A Governança Corporativa na Visão da Câmara Reservada de Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 171**

*André Antunes Soares de Camargo*

Antes de mais nada.....	171
Um pouco de “governança” e a sua relação com o Direito Empresarial... 171	
O tema “governança” na Câmara Reservada de Direito Empresarial.....	174
Algumas conclusões e desafios.....	178

## **VI. Princípio Majoritário e Poder de Veto em Deliberações de Sociedades Anônimas, 181**

*André de Godoy Fernandes*

1. Introdução .....	181
2. Princípio majoritário.....	182
3. Quórum de instalação e quórum de deliberação .....	185
4. Proteções legais contra a decisão majoritária.....	190
5. Exceção ao princípio majoritário: a <i>golden share</i> .....	193
6. Poder de veto de acionistas minoritários e preferencialistas .....	195
7. Deliberações por unanimidade.....	199
8. Invalidade de atribuição de poder de veto a acionista minoritário .....	200
9. Fechamento .....	202

## **VII. *Financial Contracting Theory* e os Mecanismos de Alocação de Direitos nas Sociedades por Ações: Aprimoramentos Necessários, 205**

*Andre Grünspun Pitta*

1. Considerações iniciais: Autonomia privada e estrutura eficiente do Direito Societário .....	205
---	-----

2. A <i>financial contracting theory</i> .....	217
3. Os mecanismos de alocação de direitos políticos e econômicos .....	220
3.1. O regime norte-americano.....	230
3.2. O regime europeu .....	234
3.3. O regime brasileiro .....	239

### **VIII. Reflexões sobre a Proposta de Externalização do Conselho de Administração: Um Convite a Pensarmos “Fora da Caixa”, 259**

*Antonio Corrêa Meyer e Antonio Paulo Kubli Vieira*

1. Externalização do Conselho de Administração: a proposta de Bainbridge e Henderson.....	260
2. O conselho de administração no direito brasileiro: análise da adequação e pertinência da proposta de sua externalização.....	264
2.1. Análise da adequação da proposta ao regime jurídico da Lei das S.A.....	264
a. Pessoas jurídicas no conselho de administração .....	265
b. Órgão de deliberação colegiada (proteção ao minoritário; foro de discussões relevantes).....	267
c. Matérias de competência do conselho de administração (indelegabilidade de atribuições e poderes dos órgãos de administração) .....	268
d. Natureza da relação jurídica da sociedade com o administrador; regime de deveres e responsabilidades .....	269
e. Concorrência no mercado; interesses conflitantes .....	271
2.2. Pertinência da proposta.....	272
3. Considerações Finais .....	274

### **IX. A Atualização do Direito Societário, 277**

*Arnoldo Wald*

### **X. A Responsabilidade Indenizatória por Falhas Informacionais em Companhias Abertas, 285**

*Bernardo Fabião Barbeito de Vasconcellos,*

*Bruno Miranda Gontijo e Igor Muniz*

Introdução .....	285
------------------	-----



1. A Responsabilização por Falhas Informativas .....	286
1.1. O dever de informação das companhias abertas no Brasil .....	288
1.2. A experiência dos Estados Unidos da América.....	290
1.3. O atual panorama brasileiro .....	293
2. Casuística e Julgados no Brasil.....	298
2.1. A manifestação da CVM no Processo Administrativo Sancionador 16/2013.....	299
2.2. As decisões do Poder Judiciário afastando a responsabilidade das companhias.....	300
Conclusão .....	302
Referências Bibliográficas .....	304

## **XI. *Cash-Out Mergers* e o Direito Brasileiro, 307**

*Eduardo Secchi Munhoz*

I. Introdução .....	307
II. Disciplina das operações de concentração empresarial.....	308
II.1. Fusões e aquisições: modelos regulatórios .....	308
II.1.a. O modelo norte-americano .....	310
II.1.a.i. Fundamentos econômicos e jurídicos da admissão da <i>cash-out merger</i> no direito norte-americano.....	313
II.1.b. O modelo europeu .....	315
II.2. Direito brasileiro .....	321
II.2.a. O negócio societário típico de incorporação.....	322
II.2.b. O direito de permanecer sócio.....	325
II.3. Relação de substituição e limites ao <i>cash-out merger</i> no Brasil.....	327
III. Considerações finais .....	330

## **XII. Tutela Reparatória dos Direitos dos Acionistas. Reflexões sobre os Percentuais Mínimos de Participação Societária como Requisito para a Propositura de Ação Derivada contra Administradores e Ação de Responsabilidade contra o Controlador, 333**

*Eliana Baraldi*

I. A Instrução CVM n. 627/2020 .....	333
II. Contextualização da alteração realizada pela CVM .....	335

III. Contexto: o escalonamento de faixas percentuais amplia o acesso do acionista que não integra o bloco de controle às ações de responsabilidade do administrador e do acionista controlador? ....	339
IV. Considerações Finais .....	352
Referências Bibliográficas .....	354

### **XIII. Entidade Contábil e Ágio Interno, 355**

*Eliseu Martins*

1. Introdução .....	355
2. O que tem a ver Ágio Interno com Entidade? .....	355
2.1. Definição contábil de Entidade .....	356
2.2. Entidade e Ágio Interno .....	361
2.3. Um pouco mais sobre Ágio ( <i>Goodwill</i> ) .....	363
2.4. Voltando ao Ágio Interno e à Entidade .....	363
3. Ágio Interno no Brasil .....	364
4. Outros Países .....	366
5. O IASB .....	367
6. 'Ágio Interno' e o Fisco Brasileiro .....	368
7. Voltando aos outros países e ao IASB .....	369
8. Voltando ao Brasil .....	370
9. Tentativas do Fisco e da CVM .....	372
10. Finalizando .....	376

### **XIV. Possibilidade de Emissão de Ações Preferenciais Resgatáveis Mediante Parte em Dinheiro e Parte em Ações – Parecer, 377**

*Erasmu Valladão Azevedo e Novaes França*

Consulta .....	378
Parecer .....	380
I. A legalidade da Operação, bem como o interesse das sociedades em sua realização .....	380
II. Inexistência dos vícios apontados pelos reclamantes .....	384
III. Inexistência de conflito formal (ou, em princípio, substancial) de interesses no caso concreto .....	390
Respostas aos Quesitos .....	395

## **XV. Remuneração dos Administradores: As Práticas de Governança Corporativa Adotadas nos Estados Unidos e sua Adequação à Realidade Brasileira, 399**

*Giovanna Rennó Duque*

1. Introdução .....	399
2. O Conceito de Remuneração dos Administradores .....	400
3. As Boas Práticas de Governança Corporativa e sua Importância nas Diferentes Realidades Societárias .....	402
4. Os Escândalos Financeiros e seus Reflexos sobre as Práticas de Governança Corporativa Adotadas nos Estados Unidos .....	404
5. O Mercado Brasileiro e as Práticas de Governança Corporativa Adotadas nos Estados Unidos em Relação à Remuneração dos Administradores .....	411
5.1. O procedimento societário para fixação da remuneração dos administradores .....	411
5.1.1. Os parâmetros para fixação da remuneração dos administradores .....	412
5.1.2. A necessidade de aprovação da remuneração dos administradores pela assembleia geral .....	412
5.1.3. O controle do processo decisório pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM .....	413
5.2. A divulgação da remuneração dos administradores .....	416
5.3. Os comitês de remuneração .....	421
6. Conclusão .....	424
7. Bibliografia .....	427

## **XVI. Notas sobre a Eleição do Conselho de Administração por Meio de Votação Majoritária, 433**

*Gustavo Machado Gonzalez*

I. Introdução .....	433
II. Questões relativas à organização da votação majoritária para o conselho de administração .....	435
II.1. Visão geral dos procedimentos disponíveis .....	435
II.2. A relevância (ao menos em teoria) do procedimento nas companhias sem controle definido .....	437

II.3. Ainda sobre o procedimento de votação majoritária para eleição do conselho de administração: quem decide? .....	440
II.3.1. Opção 1: O estatuto decide.....	440
II.3.2. Opção 2: Os acionistas decidem .....	441
II.3.3. Opção 3: Os administradores decidem .....	442
III. Questões relativas ao voto na eleição do conselho de administração.....	443
III.1. Quórum de deliberação .....	443
III.2. Possibilidade de voto “contra” e suas consequências .....	446
IV. Conclusão .....	447
Anexo – Levantamento .....	449

**XVII. Possibilidade de Pagamento de Preços Diferentes entre Ordinárias e Preferenciais no Reembolso do Recesso: Notas a Partir da Posição da CVM no “Caso Eletropaulo” e das Ações “Superpreferenciais”, 453**

*Henrique Cunha Barbosa*

**XVIII. Parecer: Reorganização Societária Implementada por Meio da Combinação de Negócios Jurídicos. Inexistência de Fraude à Lei, 479**

*Ivo Waisberg*

A Consulta .....	479
1. Quesito .....	483
A. A Reorganização Societária pode ser, de alguma forma, caracterizada como realizada em fraude à lei?.....	483
2. Descrição da Reorganização Societária.....	484
2.1. Descrição da Reorganização Societária.....	484
3. Inexistência de fraude à lei na Reorganização Societária.....	486
3.1. Requisitos para a configuração da fraude à lei.....	486
3.2. Inexistência de fraude à lei na Reorganização Societária.....	487
3.3. Utilização Legal do Resgate. Fim da Reorganização Societária previsto em Lei. Inocorrência de Fraude .....	488
3.4. Direito Absoluto de Ser Sócio – Infundado Argumento .....	492
4. Resposta ao Quesito.....	493

A Reorganização Societária pode ser, de alguma forma, caracterizada como realizada em fraude à lei? .....	493
Referências bibliográficas .....	493

## **XIX. Dividendos. Teoria e Prática, 495**

*João Marcelo Pacheco e Thiago José da Silva*

I. Introdução .....	495
II. Teoria e Notas Práticas .....	495
2.1. Origem .....	495
2.2. Natureza Jurídica .....	497
2.3. Espécies de Dividendos .....	498
2.3.1. Dividendo Obrigatório .....	498
2.3.2. Dividendo Preferencial ou Prioritário .....	503
2.4. Formação do Lucro Líquido Distribuível .....	505
2.5. Fonte do Pagamento do Dividendo. Quando <i>Pode</i> pagar e Quando <i>Deve</i> Pagar? .....	508
2.6. Dividendos Intermediários e Intercalares .....	509
2.7. Quando e para Quem Pagar? .....	512
2.8. Prazo para Cobrança dos Dividendos .....	512
2.9. Responsabilidade da Administração e Terceiros de Boa-Fé .....	513
2.10. Juros Sobre o Capital Próprio e sua Imputação ao Dividendo .....	513
2.11. Dividendos <i>In Natura</i> .....	515
2.12. Regrimentos Esparsos sobre Dividendos .....	516
III. Conclusão .....	516

## **XX. Penhora de Participações Acionárias: Ações em Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Fechado e Cotas em Sociedades Limitadas, 519**

*João Paulo Hecker da Silva*

1. Introdução .....	519
2. Excepcionalidade da Penhora de Ações ou Cotas .....	520
3. Procedimento da Penhora de Ações ou Cotas .....	526
4. Penhora de Direitos de Ações ou Cotas .....	527
5. Penhora de Ações .....	530
5.1. Sociedades de Capital Aberto .....	531

5.2. Sociedades de Capital Fechado.....	534
5.3. Ações em Tesouraria .....	535
6. Penhora de Cotas em Sociedades Limitadas.....	536
7. Peculiaridades da Expropriação das Participações Acionárias .....	539
7.1. Direito de Preferência .....	540
7.2. Aquisição pela Sociedade.....	540
7.3. Liquidação e Avaliação das Ações e Cotas.....	541
7.4. Leilão Judicial .....	546
8. Conclusão .....	547
9. Bibliografia .....	548

## **XXI. Direito de Informação do Acionista, 551**

*Jorge Lobo*

I. Introdução .....	551
II. Acesso à informação: direito do acionista e dever da companhia .....	553
III. O direito de informação como supedâneo do direito de fiscalizar ....	555
IV. Natureza jurídica do direito de informação.....	556
V. Fundamento do direito de informação .....	557
VI. Princípio que inspira o direito de informação.....	557
VII. Finalidades do direito de informação .....	558
VIII. Divulgação da informação .....	558
IX. Formas de exercício do direito de informação.....	559
X. Extensão do direito de informação.....	562
XI. Direito de informação ampla.....	563
XII. Direito de informação limitado.....	566
XIII. Informação de fato relevante .....	567
XIV. <i>Disclosure</i> .....	567
XV. Diretor de relação com investidores.....	568
XVI. Direito de informação sobre remuneração dos administradores.....	569
XVII. Direito de informação nos casos de fusão, incorporação e cisão ...	570
XVIII. Direito de informação do titular de partes beneficiárias.....	571
XIX. Direito de informação do debenturista .....	571
XX. Direito de informação do titular de bônus de subscrição e de opções de compra de ações .....	572
Bibliografia .....	572

## **XXII. Acordo de Acionistas e suas Modalidades, 575**

*José Carlos de Magalhães*

Introdução .....	575
<i>A affectio societatis</i> .....	575
Sociedade fechada e sociedade aberta .....	576
Publicidade dos atos societários .....	577
Acordo de acionistas – instrumento parassocial.....	577
Espécies de acordos de acionistas .....	579
Usufruto de ações .....	584
Outras formas de Acordo de Acionistas .....	584
A cessão fiduciária de ações .....	585
O objeto dos Acordos de Acionistas.....	587
Acordo de acionista com não acionista .....	589
Acordo de acionista com a companhia .....	590
Acordo de Acionistas e terceiros.....	591
Acordo de Acionistas e os administradores .....	592
Forma e prazo dos acordos de acionistas .....	594
Extinção do Acordo de Acionistas .....	596
Acordo de voto e <i>voting trust</i> .....	596
Bibliografia .....	599

## **XXIII. Natureza Jurídica e Efeitos da Operação de Incorporação de Ações, 601**

*José David Martins Júnior*

I. Introdução .....	601
II. Natureza Jurídica da Operação de Incorporação de Ações .....	602
III. Conclusão.....	604
Bibliografia .....	604

## **XXIV. A Eficácia dos Acordos Parassociais (Incluindo Omnilaterais) no Direito Português, 607**

*José Ferreira Gomes*

1. Introdução .....	607
2. A eficácia do acordo parassocial contrário ao contrato de sociedade...	609

3. A eficácia relativa dos acordos parassociais e o princípio da separação ( <i>Trennungsprinzip</i> ) .....	612
4. Cont.: A intervenção da sociedade nos acordos parassociais .....	615
5. Cont.: Reações possíveis ao incumprimento de um acordo parassocial .....	616
6. Cont.: A ação de condenação no cumprimento e a execução específica do acordo parassocial .....	617
7. A eficácia das cláusulas que regulam a administração e a fiscalização da sociedade (art. 17/2 CSC) .....	620
8. Superação do princípio da separação perante acordos parassociais omnilaterais?: A admissibilidade condicionada no sistema norte-americano .....	627
9. Cont.: As flutuações do sistema alemão e a reafirmação do <i>Trennungsprinzip</i> .....	631
10. Cont.: Análise crítica das tentativas de superação do princípio da separação no sistema português .....	637
11. Cont.: Posição adotada – reconhecimento de uma <i>“Verbandsordnung im weiteren Sinne”</i> (Noack) .....	641
12. Cont.: Primeiro grupo de casos – regulação da administração e da fiscalização (art. 17º/2 CSC) .....	644
13. Cont.: Segundo grupo de casos – impugnação de deliberações sociais (art. 17º/1 CSC) .....	646

**XXV. A Desnecessidade da Ação de Anulação de  
Deliberação Social de Aprovação das Contas como  
Pressuposto para o Ajuizamento da Ação de Responsabilidade  
em Face de Administrador da Companhia, 651**

*José Gabriel Assis de Almeida*

1. Introdução .....	651
2. Os argumentos a favor da necessidade da prévia ação judicial de anulação da deliberação de aprovação das contas .....	654
2.1. A especialidade do art. 134, § 3º, com relação ao art. 159 .....	655
2.2. O prazo prescricional da ação de responsabilidade dos administradores “nada tem a ver com a aprovação das contas dos administradores” .....	657



2.3. A aprovação das contas exonera o administrador, dando-lhe quitação, criando para este um direito que somente pode ser afastado por decisão judicial .....	660
3. Os argumentos contra a necessidade da prévia ação judicial de anulação da deliberação de aprovação das contas.....	664
3.1. O que dizem, realmente, os acórdãos do STJ a respeito da necessidade da prévia ação judicial de anulação da deliberação de aprovação das contas .....	665
3.2. As incongruências processuais geradas pelas decisões do STJ.....	672
3.3. A revisão, pela companhia, das suas próprias decisões face ao ato jurídico perfeito e aos direitos de terceiros.....	676
3.4. A ausência de relação de especialidade entre o art. 134, § 3º e o art. 159 .....	683
4. Conclusão .....	685

## **XXVI. Voto Múltiplo, 687**

*José Romeu Garcia do Amaral*

1. Introdução .....	687
2. O Que é Voto Múltiplo?.....	688
3. Função do Voto Múltiplo .....	689
4. Legitimidade para o Pedido de Voto Múltiplo .....	691
5. Requerimento de Voto Múltiplo.....	692
6. Desistência do Pedido de Voto Múltiplo .....	693
7. Ainda sobre a Desistência do Pedido de Voto Múltiplo: O Caso BRF.....	695
8. Fórmula do Voto Múltiplo: Como se Preparar para a Assembleia.....	701
9. Substituição do Conselheiro Eleito Através do Voto Múltiplo.....	703

## **XXVII. A Possibilidade de se Votar em Assembleia Geral de Sociedade Anônima com a Totalidade das Ações Vinculadas a Acordo de Acionistas, mesmo quando uma das Partes do Acordo Tenha Impedimento, 705**

*Julian Chediak*

A tomada de decisões nas companhias brasileiras e sua evolução .....	705
O Acordo de Acionistas sobre o Exercício do Direito de Voto e do Poder de Controle .....	709

As Modificações na Lei 6.404/1976 e a Exequibilidade dos	
Acordos de Acionistas .....	712
As Reuniões Prévias .....	714
A formação da vontade no bloco de controle.....	719
A Verificação da Influência do Acionista Impedido de Votar	
na Vontade Manifestada pelo Bloco de Controle .....	719
Declaração de Verdade e Declaração de Vontade .....	721
O alcance do impedimento de voto .....	724
O Impedimento de o Acionista Administrador Votar sobre	
as Próprias Contas .....	724
O Fundamento do Impedimento de Voto Previsto no §1º do	
art. 115 da Lei 6.404/1976 .....	725
Regra Restritiva de Direito: Impossibilidade de	
Interpretação Extensiva .....	727
O Caráter Pessoal do Impedimento de Voto .....	730
Um Paralelo com o Usufruto de Ações .....	732
Conclusão .....	734

## **XXVIII. Defesa X Autodenúncia: Alternativas do Administrador Diante da Constatação de Ilícito Corruptivo na Empresa, 735**

*Kevin Altit*

1. Introdução .....	735
2. A Responsabilidade do Administrador .....	737
3. Processo Decisório: Defesa x Autodenúncia .....	739
Princípio da Vedação à Autoincriminação .....	739
Negociação de Acordos de Leniência com as Autoridades.....	740
Fragmentação de Competência .....	742
Negociação de Valores .....	744
Exposição de Pessoas Físicas Envolvidas.....	745
Corporate Death Penalty: o Caso Arthur Andersen .....	746
4. Conselho de Administração: Proposta à assembleia geral de ação	
de responsabilidade de administradores por atos de corrupção.....	747
Aprovação das Contas e Prescrição .....	749
Exposição Criminal do Administrador.....	751
5. Conclusão .....	752

## **XXIX. Responsabilidade do Acionista Controlador por Omissão, 755**

*Laura Amaral Patella*

1. Introdução .....	755
2. Responsabilidade por omissão: breves considerações .....	756
3. A omissão abusiva e o controle conjunto .....	759
4. Os deveres e as responsabilidades do acionista controlador.....	764
4.1. Deveres do acionista controlador .....	765
4.2. Responsabilidade do acionista controlador .....	769
5. A responsabilidade do acionista controlador por omissão: primeiras conclusões.....	771

## **XXX. A Fixação do Preço de Emissão das Ações em Aumentos de Capital: Sobre a Possibilidade de o Preço de Emissão Variar no Decorrer da Operação, 777**

*Luciana Dias*

I. Introdução .....	777
II. O Art. 170, §1º, da Lei n. 6.404/76 .....	779
i. A função dos critérios enumerados no art. 170, §1º.....	782
ii. Correlação entre preço de emissão e valor apontado em laudo .....	786
iii. Variação do preço de emissão no decorrer do aumento de capital.....	790
III. A justificativa pormenorizada.....	796
IV. Conclusões.....	799

## **XXXI. Estruturas Piramidais Societárias e Demais Instrumentos Jurídicos de Dissociação entre Representatividade Política e Participação Econômica na Companhia Listada, 803**

*Luis Andre Azevedo*

I. Alguns dados empíricos: Brasil.....	804
II. Alguns dados empíricos: demais países .....	810
III. Impactos sobre o valor da companhia.....	812
IV. Participação acionária por intermédio de estrutura piramidal.....	816

**XXXII. Conflito de Interesses na Administração da Sociedade Anônima: Conceito e Procedimento, 821**

*Luis Felipe Spinelli, Rodrigo Tellechea e João Pedro Scalzilli*

**XXXIII. Suspensão do Pagamento de Dividendos, já Declarados, por Deliberação da Assembleia Geral, com Fundamento em Aplicação Analógica da Norma do Artigo 202, § 4º, da Lei das S.A., 863**

*Luiz Alberto Colonna Rosman*

1. Introdução .....	863
2. O Sistema da Lei das S.A. e os Interesses que suas Normas Procuram Proteger e Realizar .....	864
3. O Direito ao Dividendo – Regras e Garantias – O Dividendo Obrigatório.....	866
4. A Incompatibilidade com a Situação Financeira da Companhia como Justificativa ao não Pagamento de Dividendos.....	868
5. O Exercício do Direito de Voto e o Interesse da Companhia .....	871
6. A Interpretação da Lei Deve Buscar a Realização do Valor que Inspirou a Norma nela Contida.....	875
7. Aplicação Analógica da Regra do Art. 202, § 4º, da LSA no Caso de Dividendos já Declarados e Ainda não Pagos.....	880
8. Análise da Questão pelo Ângulo do Princípio da Intangibilidade do Capital Social .....	887
9. Conclusão .....	891

**XXXIV. Incorporação de Ações e Garantia de Cotação, 893**

*Marcelo Vieira von Adamek*

I. Introdução: enunciação do problema e os seus contornos .....	893
II. O regime jurídico da vinculação patrimonial no direito acionário e a proibição de atribuições patrimoniais a acionistas fora dos casos autorizados em lei .....	897
III. A ilegalidade da garantia de cotação de ações concedida a benefício de acionistas da sociedade incorporada: a invalidade da estipulação e o dever de restituição dos valores recebidos da companhia .....	904
IV. Bibliografia .....	910